



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

112

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravão nº 66000-2/02 - Jaboatão dos Guararapes (3ª Vara Cível)

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Recorrido: Rinaldo Meira Lins e outro

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

5469

EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ACOLHIMENTO PARCIAL. TAXA REFERENCIAL (TR). LEI Nº 8.177/91. EXCLUSÃO. PRECEDENTES STF E STJ. APELAÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL, REFORMANDO A SENTENÇA APENAS PARA MANTER A TR COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL AO PACTO, MANTENDO-SE NO RESTANTE A DECISÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. RECURSO DE AGRAVO. IMPROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. O STF e o STJ firmaram entendimento de que a impossibilidade de correção monetária dos contratos pela TR somente se dá aos pactos celebrados antes da vigência da Lei nº 8.177/91. Na espécie, o contrato fora firmado após 1991. Assim, a Taxa Referencial (TR) pactuada deve ser considerada indexador válido para correção monetária.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a **QUINTA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

113

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 66000-2/02 - Jaboatão dos Guararapes (3ª Vara Cível)

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Recorridos: Rinaldo Meira Lins e outro

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Decisão recorrida às fls. 169/172 da apelação nº 66000-2.

No primeiro grau foi proferida sentença em Embargos à Execução, opostos por **Rinaldo Meira Lins e outro** contra **Banco do Brasil S/A**, decisão essa que acolheu parcialmente os embargos para o fim de reduzir o valor executado para o montante originalmente pactuado.

O Banco interpôs apelação, à qual dei provimento parcial através da terminativa de fls. 169/172. Alegou que a decisão de primeiro grau merece reforma, por não considerar que estavam corretos os índices eleitos para os juros e por não entender que são cabíveis a capitalização mensal dos juros e a cobrança de correção monetária. A decisão ora agravada incorreu no mesmo equívoco, acrescentou.

Contra a decisão de minha lavra, o Banco interpôs o presente recurso de agravo, objetivando o seu total provimento para o fim de reformar a decisão recorrida. Para tanto, alegou que, com o provimento parcial da apelação, ocasião em que esta relatoria determinou a incidência da correção monetária sobre a dívida e manteve os demais termos da sentença, formou-se uma incoerência na forma da fixação dos honorários advocatícios.

E acrescentou, *in verbis* (fls. 04/05):

"Ora, se a verba honorária for calculada sobre o valor final a ser apurado, e considerando o acréscimo do valor em favor do agravante, de tal sorte que o valor final será bem maior ao que seria apenas em se baseando naquela primeira decisão, a parte adversa, mesmo sendo parcialmente sucumbente em segunda instância, com acréscimo do valor que deve ao Banco, terá os honorários advocatícios aumentados em seu favor. Ou seja, a parte que não recorreu será beneficiada em detrimento daquela vencedora em segundo grau, o que, no mínimo, mostra-se estranho, porque acabou julgando em prejuízo do único recorrente, no que pertine à verba honorária. Desta forma, nesse particular, deverá ser revista a decisão, utilizando-se de outro critério para a fixação da verba honorária, evitando, com isso, essa inconsistência anunciada, em que se aumentando o crédito em favor do agravante também estará contraditoriamente aumentando a verba honorária em favor do agravado. Deverá, pois, por ser oportuno, apreciar o



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

114

alegado nas razões dos embargos de declaração opostos em torno desse mesmo assunto e critério, uma vez que a parte agravada acabou por ser sucumbente em maior valor discutido no feito, a ela incumbindo a responsabilidade pelo pagamento das custas e verba honorária, após o acréscimo da correção monetária no empréstimo".

Não convencido de mudança no entendimento anteriormente esposado, submeto o feito à Colenda 5ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 20 de janeiro de 2010.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

115

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo nº 66000-2/02 - Jaboatão dos Guararapes (3ª Vara Cível)

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Recorrido: Rinaldo Meira Lins e outro

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

A decisão agravada está vazada nos seguintes termos (fls. 169/172 da apelação nº 66000-2):

"(...) No primeiro grau teve curso um processo de execução proposto por Banco do Brasil S/A contra Rinaldo Meira Lins e OUTRO. O Banco cobra dos devedores a quantia de R\$ 1.064.995,44. Os devedores opuseram embargos à execução alegando: que o banco embargado não pode cobrar juros remuneratórios acima de 12% ao ano; a ilegalidade da cobrança pelo banco embargado de juros moratórios acima de 1% ao ano, no caso de inadimplemento dos embargantes; que os juros incidentes sobre a dívida confessada não podem ser capitalizados; que não pode o banco embargado corrigir a dívida confessada com base na remuneração dos depósitos em caderneta de poupança ou com base na TR e na TRD, pois o STF já concluiu que estas não são fatores de indexação monetária e, após tal decisão, não foi criado por lei outro índice de correção monetária para substituí-las.

O juiz acolheu parcialmente os embargos para o fim de reduzir o valor executado. Concluiu a sentença recorrida nos seguintes termos (fls. 96): "Por tais razões e considerando ainda tudo o mais que dos autos consta, julgo procedentes os embargos, em decorrência do que reduzo o valor da execução para o montante originalmente pactuado, acrescido de: a)- juros de 12% (doze por cento) ao ano, elevados para 13% (treze por cento) ao ano após o vencimento dos instrumentos creditícios, capitalizáveis em 30 de junho, 31 de dezembro, no vencimento das cédulas e na liquidação do montante executado; b)- multa de 10% (dez por cento) sobre o saldo devedor. Determino que a importância final seja fixada segundo cálculos da Contadoria deste Juízo. Sobre tal importância fixo os honorários advocatícios a serem suportados pelo Embargado em percentual correspondente a 10% (dez por cento), cabendo-lhe também o ônus concernente às custas do processo. Porque não alegado excesso de penhora declaro-a subsistente. Cópia desta decisão nos autos principais".

No apelo (fls. 97/109) o recorrente alegou que a decisão merece reforma, com a inversão do ônus sucumbencial, eis que o art. 192, § 3º, da CF/88 não deve ser aplicado ao caso em deslinde uma vez que não havia sido regulamentado, sendo corretos os índices eleitos para os juros remuneratórios e moratórios. Aduziu ainda serem cabíveis a capitalização mensal dos juros e a cobrança de correção monetária nos contratos de cédula rural.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

116

Contrarrazões (fls. 112/146) pela manutenção da decisão.

Relatado, decido:

A questão já foi amplamente debatida nos tribunais pátrios.

Com efeito, no tocante à limitação de juros remuneratórios a 12% ao ano, seguindo entendimento firmado pelo STJ, esta Corte se posiciona no sentido de que "as cédulas de crédito rural, comercial e industrial não se submetem ao regramento da Lei nº 4.595/64 (que cria o Conselho Monetário Nacional), porquanto o artigo 5º, da Lei nº 6.840/80 (que dispõe sobre crédito comercial), estendeu às notas de crédito a disposição contida no artigo 5º, do Decreto-Lei nº 413/69, no sentido de que compete ao Conselho Monetário Nacional a fixação da taxa de juros; desse modo, ante a ausência de expressa deliberação do Conselho Monetário Nacional, os juros remuneratórios NÃO podem ser pactuados em patamar superior a 12% ao ano, nos termos do artigo 1º, do Decreto nº 22.626/33 (Lei da Usura)". (Precedentes: AgRg no REsp 975396 / RS; AgRg no REsp 782992 / SE; AgRg no Ag 637627 / RS).

Em caso de mora do devedor, os juros remuneratórios só podem ser acrescidos em até 1% ao ano, a teor do que dispõe o art. 5º, parágrafo único, do Decreto-lei nº 167/67. O julgado a seguir esclarece a questão. Vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO. (...) EXEQUIBILIDADE DA CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA. UTILIZAÇÃO DA TR COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA NA FORMA PACTUADA. JUROS REMUNERATÓRIOS LIMITADOS A 12% AO ANO. ADEQUAÇÃO DOS JUROS MORATÓRIOS À LEGISLAÇÃO PERTINENTE. AFASTAMENTO DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS.(...) III - Cabe ao Conselho Monetário Nacional (CMN) a fixação da taxa de juros para operações com cédulas de crédito rural. Ocorre que, até a presente data, o CMN restou inerte em realizar tal providência, aplicando-se, no silêncio do Conselho, a limitação dos juros prevista na Lei de Usura, correspondente a 12% (doze por cento) ao ano, não incidindo, no particular, a Súmula 596/STF, na medida em que esta somente se refere à Lei 4.595/64. III - As cédulas de crédito representam créditos incentivados pelo Estado para o fomento da atividade econômica, sendo regidas por legislação específica, que derogou a Lei 4.595/64, por ser posterior a ela. A Resolução nº 1064/85 não representa autorização do Conselho Monetário Nacional para cobrar juros acima do teto legal nas cédulas de crédito rural, comercial e industrial.IV - Não é possível a capitalização mensal de juros quando não for expressamente pactuada.V - Na hipótese de mora do devedor, e a este título, os juros remuneratórios só podem ser acrescidos em até 1% (um por cento) ao ano. Prevalece a norma específica do art.5º, parágrafo único, do Decreto-lei nº 167/67.VI - A Taxa Referencial (TR) é indexador válido para contratos posteriores à Lei nº 8.177/91, desde que pactuada. Súmula 295 do STJ. (...) VII - À unanimidade de votos, deu-se provimento parcial ao recurso. (TJPE - AC 141088-2, Relator Frederico R. de Almeida Neves, Revisor Francisco M. Tenorio dos Santos, 4ª Câmara Cível, julgado 24/9/2008)

Sobre a vedação da capitalização mensal de juros, entendo que agiu com acerto o magistrado. Acerca do anatocismo, ou capitalização de



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

117

juros, a jurisprudência reconhece a existência de tratamentos distintos para sua ocorrência, ora negando sua possibilidade, ora permitindo, seja mensal, semestral ou anualmente.

Permite que ocorra a capitalização dos juros, por exemplo, nas operações de cartão de crédito (AgRg no REsp 1047712/RS, Rel. Ministro Ari Pargendler, Terceira Turma, julgado em 26/06/2008, DJe 08/08/2008; AgRg no REsp 773.792/RS, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, em 28/03/2006, DJ 22/05/2006, p. 215) e nas operações materializadas em cédulas de crédito rural, comercial e industrial, quando expressamente pactuada, a teor da Súmula 93 do STJ: "A legislação sobre cédulas de crédito rural, comercial e industrial admite o pacto de capitalização de juros".

Contudo, a jurisprudência ressalva que a mera referência à utilização do método hamburguês para cálculo dos juros não se mostra suficiente a ensejar a aplicação da capitalização mensal. E esta é a hipótese dos autos, de forma que andou bem o magistrado a quo neste aspecto.

Esta Egrégia Corte vem decidindo nestes termos: DIREITO CIVIL. CONTRATO DE CRÉDITO RURAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO A 12% AO ANO. JUROS DE MORA. 1% AO ANO. ADMISSIBILIDADE DA MULTA CONTRATUAL DE 10%. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. MÉTODO HAMBURGUÊS. REAJUSTE PELO ÍNDICE DA CADERNETA DE POUPANÇA. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento pacífico no sentido de que as cédulas de crédito rural, comercial e industrial não se submetem ao disposto na Lei nº 4.595/64, uma vez que o art. 5º, da Lei nº 6.840/80, estendeu às notas de crédito a disposição contida no artigo 5º, do Decreto-Lei nº 413/69, no sentido de que compete ao Conselho Monetário Nacional a fixação da taxa de juros e, ante a ausência de deliberação deste órgão, incide a limitação dos juros remuneratórios no patamar de 12% ao ano, nos termos do artigo 1º, do Decreto nº 22.626/33 (Lei da Usura). Os juros de mora, em caso de inadimplência, não poderão ultrapassar o percentual de 1% ao ano nos contratos de mútuo rural, conforme orientação do STJ, que também entende ser possível a previsão contratual de multa de 10% sobre o valor adimplido. A capitalização mensal de juros, nos contratos de crédito rural, é permitida, nos termos do verbete sumular 93 do STJ, desde que tenha sido objeto de expressa pactuação, sendo insuficiente a mera referência ao "Método Hamburguês". Não constitui ilegalidade vincular o reajuste dos valores do mútuo rural à caderneta de poupança, desde que expressamente pactuado, mesmo que isso implique na adoção da TR como índice aplicável (REsp 147353/DF - Quarta Turma - Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior - DJ 26.08.2002).- O STF admite a TR como índice de indexação, mas veda a sua utilização em substituição a índices estipulados em contratos firmados anteriormente a Lei 8.177, de 01.03.91. (Apelação Cível 35879-4, Relator José Fernandes, Revisor Jovaldo Nunes Gomes, Órgão Julgador 5ª Câmara Cível, julgado em 30/01/2008)

Na sentença o magistrado excluiu a possibilidade de correção monetária do pacto pela Taxa Referencial – TR, com base no decidido pelo STF no julgamento da ADIn nº 493-0.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

118

Ocorre que o próprio STF, em outras decisões, firmou o entendimento de que tal impossibilidade somente se dá aos contratos celebrados antes da vigência da Lei 8.177, de 1991, conforme se observa nos seguintes acórdãos: EMENTA: 1. Recurso extraordinário: descabimento: falta de prequestionamento dos dispositivos constitucionais tidos como violados, exigência que se faz ainda que a violação à Constituição tenha surgido no acórdão recorrido: incidência das Súmulas 282 e 356. 2. Correção monetária: decidiu o Supremo Tribunal na ADIn 493, Moreira Alves, RTJ 143/724, que a inconstitucionalidade da aplicação da TR (ou TRD) como índice de indexação é relativa apenas aos contratos anteriores à L. 8.177/91. (AI 556169 AgR, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 09/05/2006, DJ 02-06-2006 PP-00009 EMENT VOL-02235-09 PP-01665) EMENTA: 1. Recurso extraordinário: inadmissibilidade: controvérsia relativa a índice de correção monetária decidida à luz de legislação infraconstitucional: alegada violação de dispositivos constitucionais que, se ocorresse, seria reflexa ou indireta: incidência, mutatis mutandis, da Súmula 636. Ademais, alegações improcedentes de negativa de prestação jurisdicional e falta de motivação do acórdão recorrido. 2. Correção monetária: decidiu o Supremo Tribunal na ADIn 493, Moreira Alves, RTJ 143/724, que a inconstitucionalidade da aplicação da TR (ou TRD) como índice de indexação é relativa apenas aos contratos anteriores à L. 8.177/91. (AI 560256 AgR, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 21/02/2006, DJ 17-03-2006 PP-00014 EMENT VOL-02225-07 PP-01334)

O STJ adotou o mesmo entendimento, tendo inclusive editado sobre o tema a Súmula nº 16 ("A legislação ordinária sobre crédito rural não veda a incidência da correção monetária") e a Súmula nº 295 ("A Taxa Referencial (TR) é considerada indexador válido para contratos posteriores à Lei nº 8.177/91, desde que pactuada"). Ora, conforme se depreende da própria exordial dos embargos, foi pactuada a correção da dívida com base na remuneração dos depósitos em caderneta de poupança ou com base na Taxa Referencial Diária.

De ver-se, assim, que o decido não encontra apoio na jurisprudência dos Tribunais Superiores, pelo que, nesse ponto, deve a sentença ser reformada.

Ante o exposto e como a questão posta a julgamento está pacificada na jurisprudência desta Corte e do STJ, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ de Pernambuco, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao apelo, reformando a sentença unicamente para manter a Taxa Referencial - TR como índice de correção monetária aplicável ao pacto, mantendo-se, no restante, a decisão em seus ulteriores termos. (...)"

Conforme se depreende da decisão terminativa, a sentença somente foi reformada no tocante ao índice de correção monetária a ser aplicado ao pacto (Taxa Referencial), sendo mantida nos seus ulteriores termos.

O agravante alega que o provimento parcial do apelo ensejou uma incoerência, na medida em que, apesar de vencedor, saiu-se prejudicado, posto que terá de pagar, a título de honorários advocatícios em



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

119

favor do patrono dos embargantes, ora agravados, um valor maior que aquele previsto na sentença.

Eis os termos da decisão de primeiro grau:

"Por tais razões e considerando ainda tudo o mais que dos autos consta, julgo procedentes os embargos, em decorrência do que reduzo o valor da execução para o montante originalmente pactuado, acrescido de: a)- juros de 12% (doze por cento) ao ano, elevados para 13% (treze por cento) ao ano após o vencimento dos instrumentos creditícios, capitalizáveis em 30 de junho, 31 de dezembro, no vencimento das cédulas e na liquidação do montante executado; b)- multa de 10% (dez por cento) sobre o saldo devedor. Determino que a importância final seja fixada segundo cálculos da Contadoria deste Juízo. Sobre tal importância fixo os honorários advocatícios a serem suportados pelo Embargado em percentual correspondente a 10% (dez por cento), cabendo-lhe também o ônus concernente às custas do processo. Porque não alegado excesso de penhora declaro-a subsistente".

Em verdade, não há qualquer incoerência. O agravante, com o provimento parcial de seu apelo, foi beneficiado, uma vez que sobre o montante da dívida a ser paga pelos agravados passou a incidir correção monetária, o que não tinha sido determinado na sentença, conforme visto acima. Ou seja, o valor da dívida a ser paga ao agravante pelos agravados na execução tornou-se maior após a apreciação da apelação.

Por outro lado, há de se observar que os agravados decaíram apenas de parte mínima do pedido formulado nos embargos à execução, não havendo por que inverter o ônus da sucumbência, a teor do art. 21, parágrafo único, do CPC.

Nessa esteira, tendo o magistrado "a quo" arbitrado os honorários dos embargos à execução em 10% sobre a importância final a ser fixada segundo os cálculos da Contadoria do Juízo, e tendo esta relatoria determinado a incidência da correção monetária sobre o valor final do débito, não há que se falar em qualquer prejuízo ao agravante, posto que, apesar de a verba honorária devida pelo mesmo ao patrono dos agravados ter aumentado após a apreciação do apelo, também aumentou o valor a ser pago pelos agravados para saldar a dívida.

Não vislumbro, pois, no referido recurso qualquer argumentação que venha ensejar modificação no posicionamento adotado na decisão agravada, posto que, como visto, enfrentou todos os pontos controvertidos, encontrando-se em sintonia com o entendimento desta Corte e do STJ.

Ante o exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator